

DME ENERGÉTICA S.A. – DMEE - CNPJ: 03.966.583/0001-06 - NIRE 3150021572-9 - **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2024 - HORA E LOCAL**, às 17h00n, na sede social da Companhia, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, nº 65, Centro. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA**À: Presentes os representantes da única acionista da Companhia, sendo, portanto, desnecessária a convocação, em vista do disposto no artigo 124, §4º, da Lei Federal nº 6.404/76. Participaram também os membros da Diretoria Executiva da Companhia. **MESA**. Presidente: Sr. Cicero Machado de Moraes; Secretária: Sra. Roslândia Andrade de Gouvêa Milani. **ORDEM DO DIA**: I. Alteração do Estatuto Social e sua consolidação; **DOCUMENTOS LIDOS NA ASSEMBLEIA E AUTENTICADOS**: (i) Decreto Municipal nº 14.658 de 06/12/2024 – Anexo I; (ii) Estatuto Social da Companhia – Anexo II. **DELIBERAÇÕES**: I. Considerando: (i) a manifestação favorável do Conselho de Administração da DMEE, exarada em reunião realizada em 29/11/2024; e (ii) a definição de voto proferida pelo Conselho de Administração da DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME, em reunião realizada em 29/11/2024; e com fulcro no Despacho nº 2.805 de 17/09/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e no Decreto Municipal nº 14.658 de 06/12/2024, foram tomadas as seguintes deliberações pela única acionista da Companhia: a) Aprovar a inclusão do inciso XIV do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: **Art. 5º. A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente, e: (...) XIV - realizar comercialização varejista, nos termos da legislação aplicável.**; b) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da DMEE, nos termos do Anexo II desta ata. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi por todos assinada. **Mesa**: Cicero Machado de Moraes - Presidente da Mesa; Roslândia Andrade de Gouvêa Milani - Secretária da Mesa; **Acionista**: DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME; José Carlos Vieira - Presidente; Marcos Rogério Alvim - Diretor Administrativo-Financeiro; Marcelo Dias Lochiate - Diretor de Novos Negócios. - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais: “Certifico o registro sob o nº 12166192 em 12/12/2024 da Empresa DME ENERGÉTICA S/A - DMEE. Nire 31500215729 e protocolo 247434213 - 06/12/2024. Efeitos do registro: 06/12/2024. Autenticação: F7D7ADE32D97E92ED198CA853F563763753DDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemmg.gov.br> e informe nº do protocolo 24743.421-3 e o código de segurança rEH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.” – O ANEXO I encontra-se devidamente arquivado na sede da Companhia. - **ANEXO II: ESTATUTO SOCIAL DA DME ENERGÉTICA S.A. – DMEE** - **CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E PERSONALIDADE JURÍDICA** - **Art. 1º.** A DME ENERGÉTICA S.A. – DMEE é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, constituída nos termos da Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010. **Art. 2º.** A DMEE é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, regendo-se por este Estatuto, pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais disposições legais aplicáveis. **CAPÍTULO II- DA SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO** - **Art. 3º.** A DMEE tem foro e sede no Município de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, nº 65 - Centro. Parágrafo único, A DMEE poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, constituir, encerrar filiais, escritórios ou representações. **Art. 4º.** O prazo de duração da DMEE é indeterminado. **CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL** - **Art. 5º.** A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente, e: I- promover a elaboração de estudos e projetos para o desenvolvimento de centrais geradoras de energia; II- proceder a gestão dos empreendimentos outorgados e dos direitos de outorga dos quais é a titular exclusiva, ou detém participação por sociedade ou consórcio; III- comercializar, em leilão, a energia gerada por seus empreendimentos ou adquirida de terceiros, dentro das práticas consolidadas no mercado e das normas determinadas pelo Poder Concedente; IV- efetuar investimentos necessários ao desenvolvimento e à implantação das centrais geradoras de energia; V- participar de sociedades ou consórcios empresariais, mediante autorização legislativa; VI- instituir e encerrar filiais, mediante aprovação da DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME; VII- celebrar contratos, convênios, parcerias e outros ajustes com associações, organizações, órgãos públicos ou privados para a consecução de seus objetivos institucionais; VIII- celebrar convênios e contratos de patrocínio, com pessoas físicas ou jurídicas, para promoção de atividades culturais, esportivas, científicas, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, descentes de programas de incentivo fiscal previstos na legislação estadual e federal, sem comprometer seu equilíbrio econômico-financeiro, mediante autorização do Conselho de Administração; IX- elaborar relatório de gestão e executar a prestação de contas anual a serem encaminhados à DME; X- elaborar os planos de investimentos e de custeio do exercício fiscal subsequente e encaminhar para coordenação da DME, a serem submetidos ao Conselho de Administração para aprovação; XI- participar de associações, entidades ou instituições públicas ou privadas para a defesa e a consecução de seus objetivos institucionais; XII- prestar contas, mensalmente, a DME, por meio de balancetes de receitas e despesas; XIII- assinar com o Sindicato, representante de seus empregados, Acordo Coletivo do Trabalho, mediante a aprovação do Conselho de Administração; e XIV- realizar comercialização varejista, nos termos da legislação aplicável. Parágrafo Único. A DMEE poderá celebrar instrumento jurídico com o Município de Poços de Caldas, para realizar manutenção, melhoramento e expansão dos serviços de iluminação pública, mediante a utilização de recursos oriundos da Contribuição de Iluminação Pública – CIP. **CAPÍTULO IV – DO CAPITAL SOCIAL** - **Art. 6º.** O capital social da DMEE, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 254.331.399,75 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), dividido em 215.696.330 (duzentos e quinze milhões, seiscentos e noventa e seis mil trezentos e trinta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e inexistência de emissão de certificados, todas de titularidade da DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME. Parágrafo único. A admissão de novos sócios dependerá de autorização legislativa, quer em decorrência de processo de abertura de capital, quer mediante alienação de ações para parceiros públicos ou privados. **CAPÍTULO V - DAS RECEITAS, DAS APLICAÇÕES E DO EXERCÍCIO SOCIAL** - **Art. 7º.** Constituem receitas da DMEE: I- as receitas financeiras advindas da comercialização de energia e da transmissão de energia; II- as receitas oriundas de aplicações financeiras, valores caucionados e/ou outros ativos financeiros; III- aquelas decorrentes da alienação de seu patrimônio; IV-doações, auxílios, subvenções e contribuições que lhe forem concedidas por particulares e, ainda, créditos especiais ou adicionais, na forma da lei; V- dividendos e/ou outra forma de retribuições de resultado financeiro por suas participações em outras empresas ou instituições; VI- rendas próprias de ativos patrimoniais que possua ou que estejam sob sua administração; VII- financiamentos e empréstimos em geral; e VIII- aporte de recursos financeiros advindos da DME. **Art. 8º.** A DMEE aplicará seus recursos de acordo com os objetivos sociais estabelecidos neste Estatuto Social. § 1º. Fica facultada a distribuição, interna ou externa, em relação a qualquer período, das dividendos apurados em balanço ou balanço especialmente levantado, bem como o pagamento de juros sobre o capital próprio, a serem imputados aos dividendos obrigatórios, mediante deliberação do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral. § 2º. O exercício social da DMEE corresponde ao ano civil, devendo ser levantadas, em 31 de dezembro de cada ano, as demonstrações financeiras da Companhia. **Art. 9º.** O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I- Reserva Legal: 5% (cinco por cento), até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; e II- Pagamento de Dividendos: mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) e máximo de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. Parágrafo único. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pelas reservas de capital, nessa ordem. **CAPÍTULO VI – DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA** - **Art. 10.** A Companhia será composta pelos seguintes órgãos: I- Assembleia Geral; II- Conselho de Administração; III- Diretoria Executiva; IV- Conselho Fiscal; V- Comitê de Auditoria Estatutário; e VI- Comitê de Avaliação Estatutário. Parágrafo único. A investidora dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal far-se-á mediante assinatura de termo de posse em livro próprio de cada órgão. **Art. 11.** Os Administradores serão responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a Lei, com o presente Estatuto Social e com as diretrizes institucionais aprovadas pelo Conselho de Administração. § 1º. A Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração e na apólice contratada, para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios, emolumentos de qualquer natureza e extraordinárias, por audoconferência ou videoconferência, que assegure a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, sendo considerado o respectivo Diretor presente à reunião e seu voto válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião, a qual será posteriormente assinada. § 5º. Independente do cumprimento das formalidades de convocação previstas neste artigo, será considerada regular a reunião em que participarem, presencialmente ou a distância, a totalidade dos membros da Diretoria. **Art. 23.** Observados os limites de alçada previstos neste Estatuto Social, compete à Diretoria: I- executar as diretrizes e políticas definidas pelo Conselho de Administração e os negócios da Companhia, visando ao cumprimento de seu objeto social; II- elaborar o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da DMEE, submetendo tais documentos à análise do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração; III- elaborar e atualizar anualmente o Plano Estratégico de Longo Prazo, com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, submetendo à aprovação do Conselho de Administração até a última reunião dos membros da Diretoria; IV- elaborar o Relatório de Novos Negócios, contendo as estimativas da receita, as programações gerais de despesa, a previsão de investimentos e suas modificações e os resultados a serem obtidos, submetendo-as à apreciação do Conselho de Administração, até a última reunião ordinária do ano anterior; V- prestar contas, semestralmente, sobre as atividades da DMEE, ao Conselho de Administração; VI- prestar contas e informações ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Poços de Caldas; VII- manifestar-se sobre todas as matérias a serem apreciadas pelo Conselho de Administração; VIII- zelar pela racionalização dos custos e pelo permanente aperfeiçoamento técnico dos produtos e serviços da DMEE; IX- representar a DMEE, na forma prevista neste Estatuto, na qualidade de sócia, quotista, acionista ou consorciada; X- submeter ao Conselho de Administração proposta de criação de subsidiárias e/ou aquisição de participação em sociedades e/ou consórcios; XI- submeter ao Conselho de Administração proposta de criação, extinção, associação, fusão, incorporação ou qualquer ato de reestruturação societária que envolva subsidiárias da Companhia; XII- decidir sobre a contratação de auditores independentes, ouvida a recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário; XIII- decidir sobre a estratégia de comercialização de energia com base nas informações de mercado; XIV- decidir, mediante autorização do Conselho de Administração, acordo coletivo de trabalho com o sindicato representante dos empregados e, posteriormente, enviá-lo à Câmara Municipal para conhecimento; XV- aprovar a designação de empregados para o exercício de funções de confiança, mediante recomendação do Diretor responsável pela respectiva área; XVI- autorizar a proposição e desistência de ações judiciais e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais; XVII- decidir sobre a contratação de profissionais para serviços jurídicos externos e para serviços de apoio à área jurídica da Companhia; XVIII- deliberar sobre a redistribuição, transferência e aproveitamento dos empregados, nos termos do artigo 62 da Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010, e a cessão de empregados para outros órgãos; e XIX- elaborar o Regimento Interno da Diretoria, no qual poderá constar atribuições individuais adicionais aos Diretores aquelas previstas neste Estatuto Social, e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração. **Art. 24.** Observados os limites de alçada previstos neste Estatuto Social, compete ao Diretor Superintendente: I- dirigir, coordenar, controlar e fiscalizar a execução das atividades da DMEE; II- autorizar a realização, homologar e adjudicar o objeto de procedimento licitatório referente a obras, serviços, compras e alienações, observada a legislação aplicável; III- autorizar a contratação, aplicar penalidades e demitir pessoal, movimentar, conceder férias e licença a empregados subordinados diretamente à sua área, observada a legislação pertinente; e autorizar a abertura de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; IV- propor aquisição e alienação de bens; V- decidir, juntamente com o Diretor Comercial e Financeiro, a melhor estratégia de comercialização de energia; VI- coordenar a elaboração de estudos, gerir e decidir sobre os aspectos ambientais envolvidos no desenvolvimento, implantação, operação e manutenção de ativos do sistema eletroenergético da Companhia; VII- realizar a gestão dos serviços de manutenção, melhoramento e expansão de sistema de iluminação pública; VIII- representar a Companhia junto a organizações privadas e à Administração Pública, direta e indireta, em assuntos relacionados à sua área de atuação, observado o disposto no artigo 28; e IX- delegar atribuições aos demais Diretores. **Art. 25.** Observados os limites de alçada previstos neste Estatuto Social, compete ao Diretor Comercial-Financeiro: I- movimentar, conceder férias e licença a empregados subordinados diretamente à sua área; II- coordenar a elaboração de estudos e modelos de simulação que permitam a definição de estratégias de comercialização de energia visando a maximização de lucro e minimização de risco; III- coordenar a elaboração de estudos econômicos e financeiros relativos à operação, ao desenvolvimento e à implantação de ativos do sistema eletroenergético da Companhia; IV- proceder a gestão financeira dos empreendimentos da DMEE em desenvolvimento, implantação e operação; V- coordenar a elaboração dos projetos orçamentários, anuais e plurianuais, e propor os investimentos necessários; VI- propor a modernização de estruturas e procedimentos visando ao contínuo aperfeiçoamento na execução dos serviços prestados; VII- efetuar e estimular estudos de viabilidade econômica e administrativa, objetivando a otimização das ações da DMEE; VIII- manter contabilidade da DMEE e avaliar os seus resultados financeiros; IX- controlar e fiscalizar os investimentos efetuados, ou a efetuar, dentro e fora do território municipal; X- coordenar a pesquisa e a elaboração de relatórios sobre a comercialização de energia; XI- coordenar o processo de comercialização de energia; XII- representar a Companhia junto a organizações privadas e à Administração Pública, direta e indireta, em assuntos relacionados à sua área de atuação, observado o disposto no artigo 28; e XIII- exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Superintendente. **Art. 26.** Observados os limites de alçada previstos neste Estatuto Social, compete ao Diretor Técnico: I- dirigir as ações de planejamento e execução da operação e manutenção do sistema eletroenergético da Companhia, dentro dos padrões de qualidade e eficiência exigidos; II- emitir diretrizes, controlar e avaliar o desempenho operacional do sistema eletroenergético da Companhia; III- coordenar a elaboração de estudos, gerir e decidir sobre os aspectos técnicos envolvidos no desenvolvimento, implantação, operação e manutenção de ativos do sistema eletroenergético da Companhia; IV- proceder a gestão técnica dos empreendimentos da DMEE em desenvolvimento, implantação e

operação; V- propor a modernização de estruturas e procedimentos que visem ao contínuo aperfeiçoamento na execução dos serviços da DMEE; VI- propor e efetuar estudos de viabilidade técnica, objetivando a otimização das ações da DMEE; VII- responsabilizar-se tecnicamente pelos aspectos eletrotécnicos das instalações elétricas da Companhia, bem como supervisionar a atualização e registro de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao conselho de classe competente; VIII- movimentar, conceder férias e licença a empregados subordinados diretamente à sua área; IX- representar a Companhia junto a organizações privadas e à Administração Pública, direta e indireta, em assuntos relacionados à sua área de atuação, observado o disposto no artigo 28; e X- exercer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Diretor Superintendente. **Art. 27.** Observados os limites de alçada previstos nos incisos XIV, XV e XVI do artigo 18 deste Estatuto Social, a Diretoria Executiva poderá delegar competências e estabelecer limites de alçada inferiores aos ocupantes de funções de confiança dos demais níveis hierárquicos da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração. **Art. 28.** Todos os documentos que criem obrigações para a DMEE ou desonem terceiros de obrigações para com a DMEE deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a DMEE, ser assinados, alternativamente: I- por 2 (dois) membros da Diretoria em conjunto, sendo, necessariamente, o Diretor Superintendente e o Diretor da área respectiva a que o assunto se referir; II- por 1 (um) membro da Diretoria e um procurador constituído nos termos do parágrafo único do presente artigo; III- por 1 (um) ocupante de função de confiança, nos termos e limites de alçada autorizados pelo Conselho de Administração, conforme artigo 27 deste Estatuto Social; IV- excepcionalmente, por 2 (dois) procuradores em conjunto, constituídos nos termos do parágrafo único do presente artigo; V- excepcionalmente, por 1 (um) membro da Diretoria, quando expressamente autorizado pela Diretoria Executiva, nos casos em que o ato a ser praticado implique representação singular ou naqueles em que o uso da assinatura eletrônica impossibilita múltiplas assinaturas simultâneas; e VI- excepcionalmente, por um membro da Diretoria, isoladamente, quando autorizado pela Diretoria para representar a DMEE, como acionista, quotista ou sócia de qualquer sociedade ou consórcio empresarial da qual ela participe. Parágrafo único. As procurações outorgadas pela DMEE, por instrumentos públicos ou privados, deverão: I- ser assinadas, conjuntamente, por 2 (dois) diretores, sendo o Diretor Superintendente e o diretor da área respectiva a que o assunto se referir, nos seguintes casos: (a) procurações outorgadas a advogado(s) para representação da DMEE em processos judiciais, administrativos ou para defender os interesses da DMEE; e (b) hipótese prevista no inciso II do caput deste artigo; II- ser assinadas, conjuntamente, pelos 3 (três) diretores da Companhia, para hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo; III - especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive para a assunção de obrigações em nome da DMEE; e IV - com exceção das procurações outorgadas a advogado(s) para representação da DMEE em processos judiciais, administrativos ou para defender os interesses da DMEE, vedar o subestabelecimento e conter prazo de validade limitado a 01 (um) ano. **Art. 29.** Nas vacâncias, ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o Diretor Superintendente designará outro membro da Diretoria para acumular as funções. Parágrafo único. Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor Superintendente será substituído pelo diretor por ele indicado e, se não houver indicação, os demais diretores definirão o seu substituto e, em caso de empate, a definição competirá ao Conselho de Administração. Seção IV - Do Conselho Fiscal - **Art. 30.** O Conselho Fiscal terá funcionamento permanente e será composto por 3 (três) membros efetivos e suplementes em igual número, com prazo de mandato unificado, de 2 (dois) anos, sendo permitida 2 (duas) reconduções consecutivas. § 1º. O presidente do Conselho Fiscal será eleito dentre os seus membros, e terá mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. § 2º. No caso de vacância ou ausência do Presidente, outro conselheiro deverá ser indicado pela Assembleia Geral e deverá substituí-lo em suas atribuições. § 3º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, com periodicidade mensal e, extraordinariamente, sempre que convocada na forma da legislação aplicável, por seu Presidente, por 2/3 (dois terços) de seus membros, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela DME, como único acionista da Companhia. § 4º. A convocação deverá ser feita por escrito, mediante envio de carta ou correio eletrônico, com antecedência de, no mínimo, 7 (sete) dias consecutivos. § 5º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. § 6º. Além das demais hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de comparecer a mais de 2 (duas) reuniões consecutivas ou alternadas. § 7º. Os integrantes do Conselho Fiscal serão nomeados e destituídos na forma da lei aplicável, da Lei Complementar nº 111, de 26 de março de 2010, e deste Estatuto Social, podendo ser destituídos e substituídos na hipótese de afastamento superior a 3 (três) meses. § 8º. Dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, o Conselho Fiscal analisará as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria da DMEE, devendo emitir parecer previamente à sua submissão ao Conselho de Administração. **Art. 31.** Constitui requisito mínimo para nomeação como membro do Conselho Fiscal ser profissional com bacharelado em curso de ensino superior, compatível com o exercício da função, residente no país, com experiência mínima de 3 (três) anos em finanças ou contabilidade, ocupando cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa. § 1º. Dentre os membros do Conselho Fiscal, 1 (um) membro deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública direta do Município de Poços de Caldas. § 2º. Não poderão fazer parte do Conselho Fiscal os membros integrantes da administração da Companhia e seus empregados, assim como os cônjuges, ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ou afins até o terceiro grau de quaisquer desses administradores. § 3º. Os membros do Conselho Fiscal, em exercício, receberão mensalmente remuneração prevista no in. VI, do art. da Lei Complementar nº 111, de 26 de março de 2010. **Art. 32.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas em Lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho Fiscal examinar e emitir pareceres sobre os balanços patrimoniais, demonstrações financeiras, prestação de contas da Diretoria, destinação do resultado do exercício e pagamento de juros sobre o capital próprio, bem como exercer as demais atividades necessárias ao controle e fiscalização das contas da DMEE. Parágrafo único. O Conselho de Administração e a Diretoria são obrigados a disponibilizar aos membros do Conselho Fiscal, se solicitada por escrito, dentro de 10 (dez) dias do recebimento do pedido, qualquer documento de interesse da DMEE, observada a legislação aplicável. Seção V - Do Comitê de Auditoria Estatutário - **Art. 33.** O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, e será composto por 3 (três) membros, eleitos pelo Assembleia Geral, dentre os quais 2 (dois) membros deverão ser independentes, nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. **Art. 34.** Constituem requisitos mínimos para eleição como membro do Comitê de Auditoria Estatutário ser profissional com bacharelado em curso de ensino superior, sendo, no mínimo, 1 (um) membro com experiência mínima de 5 (cinco) anos em assuntos de contabilidade e dos demais membros com experiência mínima de 5 (cinco) anos nas áreas administrativa ou técnica. **Art. 35.** O Comitê de Auditoria Estatutário observará as seguintes regras de funcionamento: I - o prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário será unificado, com prazo de 2 (dois) anos, sendo permitida 2 (duas) reconduções consecutivas; II - o Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário será eleito dentre os seus membros, e terá mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição; III - no caso de vacância ou ausência do Presidente, outro membro indicado pelo Conselho de Administração deverá substituí-lo em suas atribuições; IV - o Comitê de Auditoria Estatutário reunir-se-á, ordinariamente, com periodicidade mensal, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por 2/3 (dois terços) de seus membros ou pelo Presidente do Conselho de Administração; V - a convocação deverá ser feita por escrito, mediante envio de carta ou correio eletrônico; VI - o Comitê de Auditoria Estatutário se instalará em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número de membros; VII - as deliberações do Comitê de Auditoria Estatutário serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade, em caso de empate; VIII - as decisões do Comitê de Auditoria Estatutário serão registradas em ata, as quais deverão ser divulgadas no sítio eletrônico da DMEE, observada a legislação aplicável, nos termos do inciso I, do artigo 24 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016; IX - o membro do Comitê de Auditoria Estatutário, que, por qualquer motivo, tiver interesse conflitante em relação a qualquer matéria submetida à aprovação do referido órgão, não poderá apresentar voto; X - o Comitê de Auditoria Estatutário deverá estabelecer canis para recebimento de denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à DMEE, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, previstas no artigo 24, § 1º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016; XI - o Comitê de Auditoria Estatutário deverá apreciar e manifestar-se sobre as informações contábeis, antes de sua divulgação; a destinação do resultado do exercício, a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio. Seção VI - Do Comitê de Avaliação Estatutário - **Art. 36.** O Comitê de Avaliação Estatutário será composto por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, sem remuneração, e terá por objeto verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Comitê de Auditoria Estatutário, auxiliando o Chefe do Executivo na indicação desses membros. **Art. 37.** Constituem requisitos mínimos para eleição como membro do Comitê de Avaliação Estatutário ser profissional com bacharelado em curso de ensino superior, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em cargos de gerência, supervisão, assessoria, administração ou auditoria; **Art. 38.** O Comitê de Avaliação Estatutário, eleito pela Assembleia Geral, ao qual se reportará diretamente, observará as seguintes regras de funcionamento: I - o prazo de mandato dos membros do Comitê de Avaliação Estatutário será unificado, com prazo de 2 (dois) anos, sendo permitida 2 (duas) reconduções consecutivas; II - o Presidente do Comitê de Avaliação Estatutário será eleito dentre os seus membros e terá mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição; III - o Comitê de Avaliação Estatutário reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente, por 2/3 (dois terços) de seus membros ou pelo acionista; IV - a convocação deverá ser feita por escrito, mediante envio de carta ou correio eletrônico; V - o Comitê de Avaliação Estatutário se instalará com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros; VI - as deliberações do Comitê de Avaliação Estatutário serão registradas em ata e serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade, em caso de empate; VII - as atas de reunião do Comitê de Avaliação Estatutário que contenham decisão acerca da atribuição prevista no Art. 39, inciso I deste Estatuto Social deverão ser divulgadas no sítio eletrônico da DMEE, consignando os votos divergentes; VIII - o membro do Comitê de Avaliação Estatutário, que, por qualquer motivo, tiver interesse conflitante em relação a qualquer matéria submetida à aprovação do referido órgão, não poderá apresentar voto. **Art. 39.** Compete ao Comitê de Avaliação Estatutário: I - verificar o cumprimento dos requisitos e ausência de impedimentos e vedações, pelos candidatos indicados pelo Chefe do Poder Executivo, para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretorias e Comitê de Auditoria Estatutário; e II - prestar apoio metodológico e procedimental à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração para realização da avaliação anual de desempenho de que trata o artigo 12 deste Estatuto Social, bem como verificar a conformidade do respectivo processo de avaliação. **CAPÍTULO VII - DAS ÁREAS DE CONTROLE** - **Art. 40.** São áreas de controle interno da DME e suas subsidiárias: I - Auditoria Interna; e II - Compliance e gestão de riscos corporativos. **Art. 41.** - A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, será responsável por afear a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras. **Art. 42.** - A área de Compliance e Gestão de Riscos Corporativos, vinculada ao Presidente da DME e liderada pelo Diretor Administrativo-Financeiro da DME, é responsável por: I- gerir o programa de compliance da DME e suas subsidiárias, mediante prevenção, detecção e resposta a falhas no cumprimento de normas internas e externas e desvios de conduta; II- coordenar e definir a metodologia a ser utilizada na gestão de controles internos; III- coordenar o mapeamento e a gestão do portfólio de riscos corporativos; IV- definir a metodologia a ser utilizada na gestão dos riscos corporativos; e V- enviar, periodicamente, ao Comitê de Auditoria, relatórios, contendo apontamentos e recomendações. § 1º. A área de Compliance e Gestão de Riscos Corporativos terá atuação independente, sendo assegurada o-lhe livre e irrestrito acesso a todos e quaisquer documentos e informações da Companhia. § 2º A área de Compliance e Gestão de Riscos Corporativos poderá reportar-se diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor Superintendente em irregularidades ou quando este se furta a obrigação de adotar medidas necessárias em relação a situação a ele relacionada. **CAPÍTULO VIII - DA LIQUIDAÇÃO E DA EXTINÇÃO** - **Art. 43.** A extinção da DMEE dependerá de lei específica, mantida, durante o período de liquidação, o Conselho de Administração, que, quando competir nomear o liquidante, e o Conselho Fiscal, respeitando os dispositivos da lei e os termos dos Contratos de Concessão celebrados com o Poder Concedente. **CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - **Art. 44.** Aplicam-se aos membros da Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Avaliação Estatutário e Conselho de Administração as disposições previstas nas Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010, relativas a seus requisitos, poderes, deveres, responsabilidades, impedimentos e vedações para investidura. **Art. 45.** O regime jurídico da contratação de pessoal da DMEE, inclusive no que se refere aos diretores nomeados, será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar. § 1º. A contratação de pessoal do quadro permanente da DMEE será feita por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitadas as normas da legislação específica. § 2º. Os cargos de diretores serão de amplo provimento, indicados pelo Chefe do Executivo, demissíveis ad nutun, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, sem direito à multa rescisória sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ou indenização substitutiva. § 3º. A DMEE poderá realizar a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme disposto no inciso IX do artigo 7º da Constituição Federal e na legislação municipal específica. **Art. 46.** A contratação de obras, serviços, compras e alienações será precedida de procedimento licitatório, observados os princípios da administração pública e as disposições deste Estatuto Social. **Art. 47.** Os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, mediante comprovação, serão reembolsados das despesas que efetuarem com a locomoção e estada realizadas no exercício das atividades de interesse da Companhia. **Art. 48.** Compete à Câmara Municipal de Poços de Caldas, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais exercer a fiscalização da DMEE, apontando ao Município de Poços de Caldas situações de desvirtuamento dos objetivos da empresa e descumprimento das diretrizes estabelecidas na legislação e regulamentação em vigor. **CAPÍTULO X - DA DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA** - **Art. 49.** Para fins de contagem dos prazos de mandato e limites de recondução previstos nos artigos 16, 21 e 30 deste Estatuto Social, os primeiros mandatos unificados dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão considerados a partir da eleição realizada imediatamente após a aprovação deste Estatuto Social e vigorarão, excepcionalmente, até 01/07/2020, a fim de complementarem mandatos de 2 (dois) anos, contados do término do prazo previsto no artigo 91 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

JORNAL MANTIQUEIRA DIGITAL 04 01 25 DMEE ENERGETICA S A pdf

Código do documento b8af9cce-9da0-4e69-aacf-47ff4f30d926



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

04 Jan 2025, 07:28:38

Documento b8af9cce-9da0-4e69-aacf-47ff4f30d926 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-01-04T07:28:38-03:00

04 Jan 2025, 07:29:06

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2025-01-04T07:29:06-03:00

04 Jan 2025, 07:29:25

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.124.48 (187-87-124-48.as28220.net porta: 38352). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2025-01-04T07:29:25-03:00

Hash do documento original

(SHA256):61337fe2819e20f434488064ec7920ccfe86325353d99dc7e51b5f6409032e0d
(SHA512):87c0d0f286834a7afe30aba9d6f176f546c407f95c10d27f32fed4046851c11ee1a5a891814894c1683c0076f860ea18f3fbed16369ce80771e364faf0ed4b85

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.